

A MARGINALIZAÇÃO DOS *BEST-SELLERS* NA ESCOLA

Kelly Ferreira Santos¹

RESUMO: A leitura de *best-sellers* voltados para o público jovem é cada vez mais frequente entre os alunos, uma vez que esses livros se tornam parte de sua realidade e gosto pessoal, ainda que sejam deixados do lado de fora da escola. O presente artigo científico, à luz de teóricos como Abreu (2006), Lajolo (1995), Samuel (2007) e Martins (1994), tem o objetivo de discutir a questão, a partir de uma pesquisa de campo entre alunos e professores, de forma a desvendar suas opiniões e hábitos de leitura, na busca de uma melhor relação dos alunos com a leitura na escola, além da necessária desmarginalização do modo como tais livros são vistos pela escola e pela sociedade.

Palavras-chave: leitura; *best-sellers*; Clássicos.

Marginalization of best-sellers in school

ABSTRACT: The reading of best-sellers directed to young people is progressively more common among students, as these books become part of their reality and personal taste, even if these books are left outside of the school. This paper, in light of theorists such as Abreu (2006), Lajolo (1995), Samuel (2007) and Martins (1994), aims to discuss the issue, conducting a survey among students and teachers, showing their opinions and habits of reading, while searching for a better relation between students and reading at school, in addition to the necessary non-marginalization of how such books are seen by the school and society.

Keywords: Reading. *Best-sellers*. Classics.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo resulta de uma pesquisa recente sobre as características da leitura de um grupo de jovens. Considerando o alto nível de apelo dos *best-sellers* entre a maior parte dos alunos, pretende-se, neste artigo, analisar as leituras voluntárias e obrigatórias realizadas

¹ Mestranda em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás, Goiás, Brasil.
e-mail: kellyf.santos@hotmail.com

por um determinado grupo de jovens pesquisado, constatando quais são essas leituras e de que forma elas são vistas pelos próprios jovens e por seus professores.

Neste artigo, empregaram-se, concomitantemente, dois métodos de pesquisa: a etnográfica e a bibliográfica. A princípio realizou-se uma pesquisa qualitativa, aplicando-se o método etnográfico, em que se procurou coletar dados sobre valores, hábitos e comportamentos de um grupo de alunos e professores, de forma a refletir uma amostragem do todo. Em seguida, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, através da qual foram feitos o levantamento e a análise do que já se produziu sobre o tema, em busca do embasamento teórico que auxiliou nas discussões deste artigo.

A pesquisa etnográfica foi realizada por meio de questionário em uma escola particular da zona sul de Anápolis, Goiás, tendo como recorte a população de 100 (cem) alunos entre 14 e 18 anos. Tal pesquisa também abrangeu três professores (dois que ensinavam Português e Literatura e um, Inglês) dessa mesma escola, pois se considerou necessário, para melhor análise, comparar as opiniões dos alunos e seus professores.

Além das considerações iniciais e finais, este artigo apresenta três partes. Na primeira parte, pretende-se tratar a respeito do que é literário e do que não é literário. Na segunda parte, será discutida a leitura na escola: o que os estudiosos literários e os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNs) afirmam sobre o assunto. Na terceira parte apresenta-se e debate-se a análise dos dados coletados.

Os PCNs (1998) propõem que o professor permita aos alunos a seleção de suas leituras, uma vez que, fora da escola, os leitores as escolhem. Para tais documentos, ãé preciso trabalhar o componente livre da leitura, caso contrário, ao sair da escola, os livros ficarão para trásö (PCNs, 1998, p. 74). Apesar de sugerir que os professores tentem conectar esses dois universos ó a leitura realizada fora da escola, com a realizada dentro ó, é possível questionar o porquê dessa separação. Além disso, por que alguns livros têm mais prestígio do que outros? Quem decide isso? A opinião dos jovens está sendo levada em consideração? Essas são algumas das perguntas que inspiraram esta pesquisa e que se espera responder ao final do artigo.

CLÁSSICOS E NÃO CLÁSSICOS

A discussão a ser abordada nesta parte do artigo é antiga e controversa: o que caracteriza e determina que um livro seja clássico ou não? Tudo o que foi publicado em livro é literatura? E os livros que nenhum professor manda ler, de que crítico nenhum fala, que revistas e jornais ignoram? (LAJOLO, 1995).

As expressões *grande literatura*, *alta literatura* ou *literatura erudita* representam os textos de alto valor, que valem a pena ser lidos, segundo as instâncias legitimadoras, que podem ser universidades, grandes jornais, revistas especializadas, livros didáticos, etc. (ABREU, 2006).

Os demais textos, portanto, não serão valorados e categorizados sob esses importantes nomes, ainda que possuam características literárias. Para esses, reservam-se outras expressões, como *literatura popular*, *literatura infantil*, *infanto-juvenil*, *best-sellers*, etc. Todos esses títulos se encaixam no campo semântico *não literário*, mas neste artigo serão priorizados os livros voltados para o público jovem, especialmente os *best-sellers*², que, pelo menos nos últimos dez anos, multiplicaram em quantidade e se fortaleceram no mercado editorial mundial.

É importante compreender que os critérios de avaliação do que é ou não boa literatura mudam com o tempo. Não há uma literariedade intrínseca aos textos, nem critérios de avaliação atemporais (ABREU, 2006). Ou seja, o que um dia foi considerado subcultura pode vir a ser aceito pelo cânone. Shakespeare na sua época não era considerado como grande literatura, mas, graças à crítica literária, hoje o é.

A instabilidade de critérios e a variação de valores que a literatura sofre, influenciada pelas mudanças da sociedade e transformações políticas, provam que a crítica literária não é uma ciência exata. Os juízos de valores atribuídos a todo tipo de livro refletem o que é valioso para alguns, em situações específicas, de acordo com critérios que foram definidos por grupos sociais privilegiados (EAGLETON, 2003). Na maioria das vezes não se trata de critérios linguísticos, textuais ou estéticos que norteiam essa seleção de escritos e autores, mas, sim, interesses políticos e sociais de um grupo dominante (ABREU, 2006).

Foi imposto há muito tempo que apenas os intelectuais são capazes de criar e compreender a linguagem artística, de ditar leis, estabelecer normas e valores sociais e culturais. Sendo assim, a minoria letrada se aproveita dessa vantagem, para transmitir ao iletrado o que lhe for conveniente (MARTINS, 1994). O prestígio social dos intelectuais

² Samuel (2007) esclarece que podemos considerar *best-seller* qualquer livro de ficção que entre nas listas dos mais vendidos: de Guimarães Rosa a Sidney Sheldon.

encarregados de definir literatura faz com que suas ideias e seu gosto sejam tidos não como uma opinião, mas como a única verdade, como um padrão a ser seguido.

Pelo fato de a crítica não ser uma ciência exata, questiona-se sua confiabilidade e imparcialidade. Sem dúvida, a crítica deu *status* para que grandes obras, de reconhecido valor estético, fossem assim consideradas. Não se considera isso errado. De acordo com Kothe (1997), o problema não é apenas a vigência do cânone, mas a imposição da interpretação canonizante como a única válida, a única ciência a que se dão espaço e significação, na escola, na mídia e nas editoras. A pergunta que se levanta com essa discussão é: por que permitir que apenas certos livros sejam prestigiados, recomendados, trabalhados nas escolas? Por que não abrir espaço para diferentes literaturas?

Muitas pessoas foram ensinadas, provavelmente e principalmente na escola, que algumas obras são importantes para sua formação pessoal, e são. No entanto, isso não significa que essas sejam as únicas obras dignas de serem lidas. A escola é capaz de ensinar a ler e a gostar de literatura. Alguns aprendem e tornam-se leitores literários. Entretanto, o que quase todos aprendem na escola é o que devem dizer sobre determinados livros e autores, independentemente de seu verdadeiro gosto pessoal (ABREU, 2006).

Com essa discussão, constata-se que a definição de literatura não é objetiva e universal, mas, sim, cultural, histórica e política. Sabe-se também que as instâncias de legitimação selecionam o que deve ser considerado literário, definindo, por conseguinte, o que deve ser apresentado nas escolas, o que deve ser estudado e o que pode ser exigido em exames de seleção, por exemplo (ABREU, 2006).

No ambiente acadêmico e escolar, a capacidade de legislar dessas instâncias é bastante influente. Vale ressaltar que não se trata de questionar simplesmente a importância das instâncias legitimadoras, mas o que não se pode é deixar que a escola massifique a opinião e o gosto de seus alunos, que deveriam ser individuais, particulares e subjetivos e não deixar que o gosto e o modo de ler da elite intelectual se tornem padrão de apreciação estética e de leitura.

Conclui-se que, entre as instâncias responsáveis pela determinação do caráter literário das obras que aspiram ao *status* de literatura, a escola é fundamental, pois é a instituição que há mais tempo e com maior eficiência vem cumprindo o papel de avaliadora e fiadora da natureza e valor literários dos livros em circulação (LAJOLO, 1995).

A LEITURA NA ESCOLA

Dada a importância da escola nesta discussão, tratar-se-á agora sobre o papel de diferentes leituras nesse ambiente, a partir da visão de estudiosos e dos PCNs.

Leitura na escola: o que dizem os teóricos literários

Lajolo faz a importante relação histórica entre a escola e os clássicos, para que se entenda onde e quando a escola se tornou uma das instâncias legitimadoras:

sem cartolas nem coelhos, a jogada está na palavra derivada de *classis*, palavra latina que significa classe de escola. Os clássicos, então, eram chamados clássicos por serem julgados adequados à leitura dos estudantes, úteis na consecução dos objetivos escolares. E como a escola, na seleção de seus textos, privilegiava os autores mais antigos, vem daí talvez a superposição de significados (1995, p. 21, grifo da autora).

Portanto, como observado, a escola atua como uma das instituições que definem quais são os textos literários, os não literários, os melhores e os piores autores, as obras que deveriam ser lidas, julgando linguagem e valor estético e, então, indicando a leitura dos bons livros aos alunos.

Silva questiona se a não identificação do aluno com os livros indicados pelo professor seria um dos motivos da sua difícil relação com os livros do currículo escolar. Sobre isso, o autor complementa:

quando o objetivo do professor for o de facilitar o desenvolvimento do gosto pela leitura, o mais conveniente, me parece, é construir um acervo de obras interessantes e, dentro de uma atmosfera não-autoritária, dar a chance para que os alunos leiam aqueles livros com que melhor se identifiquem. Melhor até que a formação desse acervo seja feita conjuntamente, com a participação concreta dos alunos. (1995, p. 32)

Levando esse e outros motivos em consideração, Martins (2006) acredita que o professor deve reavaliar suas leituras, a fim de também levar a produção de autores contemporâneos para a sala de aula, até com o objetivo de questionar o cânon literário.

Esses são valores que a ideologia dominante impôs há muito tempo e, assim, o indivíduo aprende a separar o prazer do dever, o momento de seriedade e trabalho, do

momento de diversão e lazer. Por que não é possível ter os dois ao mesmo tempo? Praticar uma leitura na escola, não por obrigação, mas por prazer?

Leitura na escola: o que dizem os PCNs

Feito um breve exame sobre o que estudiosos do assunto já disseram, é importante também levar em conta o que afirmam os documentos oficiais. Destinados à escola básica, dividida em quatro ciclos, os PCNs abordam tópicos relativos à escrita e à leitura. Será feito, portanto, um breve levantamento nos PCNs referentes ao Ensino Fundamental e Médio, de Língua Portuguesa, para que se entenda o que se espera da escola quanto à prática de leitura.

O terceiro e quarto ciclos (ensino fundamental) têm papel decisivo na formação de leitores. É no interior deles que muitos alunos desistem de ler por não conseguirem responder às demandas de leitura colocadas pela escola (PCNs, 1998).

Nos PCNs referentes ao ensino fundamental, encontra-se a informação de que entre as críticas mais frequentes que se faziam ao ensino tradicional destacavam-se a *desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos* e a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto (PCNs, 1998, p. 20, grifo nosso). Nota-se uma preocupação em mudar o pensamento tradicional, envolvendo mais os alunos e suas opiniões.

Segundo os PCNs (1998), no processo de leitura de textos escritos, espera-se que os alunos sejam capazes de selecionar textos segundo seu interesse e necessidade; leiam, de maneira autônoma, textos de gêneros e temas com os quais tenham construído familiaridade, etc. Esse é um ponto importante para esse artigo, pois se os documentos oficiais esperam que os alunos tenham contato com diferentes gêneros e leiam textos segundo seu interesse, por que a escola não apoia essa atitude? Por que esses livros não costumam ter espaço na escola?

Nos PCNs referentes ao ensino fundamental também se observa a seguinte recomendação: *tomando como ponto de partida as obras apreciadas pelo aluno, a escola deve construir pontes entre textos de entretenimento e textos mais complexos, estabelecendo as conexões necessárias para ascender a outras formas culturais* (PCNs, 1998, p. 73). Nota-se a intenção de aproximar a leitura realizada autonomamente pelo aluno da leitura realizada na escola. Muito lucidamente, o documento observa que se a escola não conseguir formar

leitores, fazer com que os alunos apreciem livros, dificilmente eles se tornarão leitores fora do ambiente escolar.

Os PCNs também orientam para a necessidade de ofertas de bibliotecas, com acervos variados de livros que funcionem como incentivo à leitura e possibilitem uma livre escolha por parte do aluno. Segundo o documento, mais do que a quantidade, nesse caso, o importante é a variedade que permitirá a diversificação de situações de leitura por parte dos alunos.

Segundo os PCNs (2000), pressupondo que os estatutos básicos relativos ao funcionamento da língua portuguesa foram aprendidos ao longo do ensino fundamental, cabe ao ensino médio oferecer aos estudantes oportunidades de uma compreensão mais aguçada dos mecanismos que regulam nossa língua, tendo como ponto de apoio os textos escritos, especialmente os literários.

O ensino médio é a etapa final da educação básica e, por isso, última chance de a escola formar leitores. Sobre o estudo do literário, os PCNs levantam a principal questão discutida neste artigo:

O conceito de texto literário é discutível. Machado de Assis é literatura, Paulo Coelho não. Por quê? As explicações não fazem sentido para o aluno. [...] Outra situação de sala de aula pode ser mencionada. Solicitamos que alunos separassem de um bloco de textos, que iam desde poemas de Pessoa e Drummond até contas de telefone e cartas de banco, textos literários e não-literários, de acordo como são definidos. Um dos grupos não fez qualquer separação. Questionados, os alunos responderam: "Todos são não-literários, porque servem apenas para fazer exercícios na escola". E Drummond? Responderam: "Drummond é literato, porque vocês afirmam que é, eu não concordo. Acho ele um chato. Por que Zé Ramalho não é literatura? Ambos são poetas, não é verdade?". Quando deixamos o aluno falar, a surpresa é grande, as respostas quase sempre surpreendentes. Assim pode ser caracterizado, em geral, o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio: aula de expressão em que os alunos não podem se expressar. (2000, p. 16)

Reforça-se a importância de se ouvir a opinião do aluno, deixá-lo se expressar e compartilhar seus gostos. O professor deve ser um mediador de leituras, não um tirano; pode orientar e aconselhar, mas não impor. Para Hohlfeldt, a primeira regra básica para se obter sucesso em relação à leitura para adolescentes é "elaborar e pôr à disposição deles listas, as mais amplas possíveis de títulos, que funcionem mais como sugestão do que obrigação de leitura" (2006, p. 19).

Esse mesmo teórico ainda sugere a indicação de textos capazes de despertar e manter, entre os jovens, o hábito, o gosto e a vontade da leitura, e textos adaptáveis a seus interesses e níveis de compreensão, mas se atentando para evitar que "se caia na armadilha das adaptações dos chamados clássicos [...] e que, só por milagre, permite que alguns, depois

do II grau, ainda gostem de ler e da literatura. A leitura é um prazer, jamais uma obrigação (HOHLFELDT, 2006, p. 43).

Partindo desse ponto, considerou-se importante avaliar a opinião dos alunos. Por isso, na próxima parte deste artigo será feita a análise dos questionários respondidos por adolescentes, a respeito de seus hábitos de leitura.

ANÁLISE DE DADOS

Até então, foram abordadas questões teóricas sobre a leitura. Agora se pretende, a partir da análise de questionários respondidos por alunos e professores, trazer algumas contribuições importantes para a discussão.

A pesquisa qualitativa foi realizada em uma escola particular da zona sul de Anápolis, cidade do interior de Goiás. Essa escola foi escolhida por já haver um contato anterior, além da aceitação, por parte da instituição, à aplicação da pesquisa em suas turmas. A coleta de dados de observação direta se deu por meio da aplicação de questionários. O questionário direcionado aos alunos, que se refere à leitura feita por eles e opiniões pessoais a respeito disso, foi composto por nove perguntas. O questionário direcionado aos professores, que se referia à leitura dos seus alunos e opiniões pessoais a respeito de literatura não erudita e seu espaço na escola, possuía sete questões. Para análise neste artigo, foram selecionadas apenas algumas das perguntas, visto o limite de espaço.

A pesquisa foi feita com alunos do ensino médio, de ambos os sexos e com idades que variam dos 14 aos 18 anos. A investigação também abrange os três professores de Português, Literatura e Inglês dessa mesma escola, pois se almejou comparar a visão dos alunos e de seus professores, analisando as diferentes posturas no que diz respeito aos *best-sellers* direcionados ao público jovem e seu lugar na escola. Suas respostas aqui serão citadas *ipsi litteris*, sem haver modificação de ideias ou correção de desvios gramaticais.

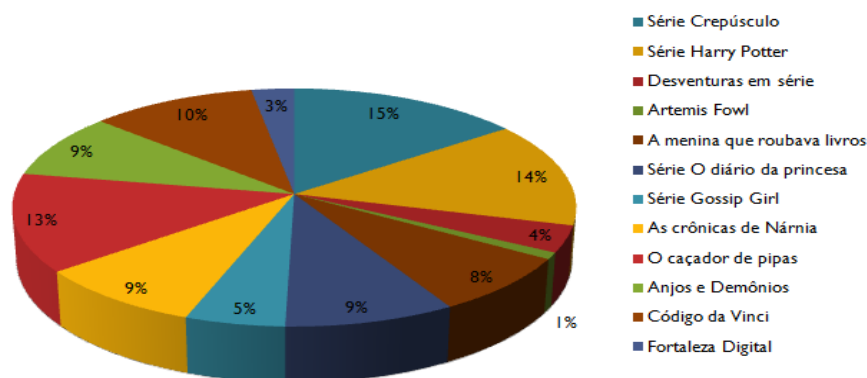
A despeito da obrigatoriedade da leitura nas escolas, observa-se na pesquisa que é alto o índice de estudantes que leem por prazer. Constata-se também que uma das grandes causas dos traumas literários é a obrigatoriedade da leitura na escola. Insistir na leitura de clássicos, nessa faixa etária, segundo Romagnolli (2005), é um erro. Em razão da grande complexidade dessas obras, antes de adotá-las como leitura, segundo o autor, seria preciso

que os alunos percebessem a importância do livro, o contexto em que foi criado e as relações com o mundo hoje.

Os motivos citados pelos alunos para não terem apreciado a leitura de livros clássicos foram: história nada interessante e/ou cansativa ou linguagem chata e complexa. Sobre isso, Gonçalves (2006) afirma que o livro pode ser um excelente companheiro, caso consiga, num mesmo enredo, integrar, equilibradamente, os diferentes aspectos que interessam a um jovem do século XXI. Segundo o autor, não é fácil o jovem leitor se identificar, compreender ou apreciar certos hábitos, linguagem e estilo, se a sua infância e juventude foram vivenciadas num contexto histórico diferente, em que as mentalidades levam a perguntas que antes não se faziam, além do que, a sociedade evoluiu e se modernizou e a linguagem está em constante mudança (GONÇALVES, 2006).

Uma das perguntas do questionário respondido pelos alunos dizia respeito a quais dos *best-sellers* citados eles haviam lido. Essa pergunta tinha como propósito estabelecer quais os *best-sellers* mais populares entre os alunos, hoje em dia.

Livros que leram por conta própria



(Gráfico 1: Livros que leram por conta própria)

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que obras de conteúdo fantástico³ são as preferidas pelo público-leitor da pesquisa, representados pela série *Harry Potter*, *Crepúsculo*, *Desventuras em série* e *As crônicas de Nárnia*, mas alguns dos livros mais vendidos nos últimos anos (*Código da Vinci*, *Fortaleza Digital*, *Anjos e Demônios*, *A menina que roubava livros* e *O caçador de pipas*),

³ Termo aqui empregado segundo estudos de Rodrigues (1988, p. 9), que define o fantástico como aquilo que se refere ao que é criado pela imaginação, o que não existe na realidade, o imaginário, o fabuloso.

que não são destinados especificamente ao público jovem e não têm enredo fantástico, tiveram expressiva porcentagem (43%) de leitura entre os alunos.

Quando perguntados sobre o que achavam da leitura dos *best-sellers*, a maioria respondeu que esses livros são muito bons, porque os levam a outro mundo através da imaginação, consistem em uma leitura prazerosa e envolvente e eles mesmos escolhem o que querem ler, sem pressão de prazo e atividades avaliativas relacionadas. Uma minoria, por sua vez, afirma que esses são livros de cultura de massa, que as pessoas só leem porque o todo mundo está lendo.

Também foi questionado se esses alunos concordavam com a afirmação de que a leitura de clássicos é mais importante do que a leitura de *best-sellers*. O resultado foi o seguinte: 46% concordaram; 36% discordaram e 18% disseram que depende.

É interessante notar que a maioria dos alunos (46%) acredita que os clássicos são mais importantes, pois foram escritos por autores importantes e que constituem nossa história e cultura, mas nas justificativas observa-se que, apesar de afirmarem isso, os *best-sellers* ainda são preferidos por eles. Alguns (18%) defendem que depende muito de cada livro, pois, segundo eles, também existem clássicos ruins, e outros ainda acreditam que ambos são importantes, como o aluno 11, que afirma que a leitura deveria ser geral, os benefícios e os conhecimentos vêm de ambos.

Um dos pontos negativos a respeito dos clássicos, notado intensamente durante toda a pesquisa, como já elucidado, é sua obrigatoriedade de leitura na escola. O aluno 49 opina que muitos clássicos que lemos não nos acrescentam muita coisa porque só lemos por obrigação e isso não adianta; lemos, mas não absorvemos o fundamental.

Já o aluno 34 afirma que os livros clássicos só são lidos, pois há o interesse do vestibular. Esse é, sem dúvida, um dos motivos mais citados e que parece preocupar mais os alunos. Muitos acreditam que a única finalidade da leitura de obras clássicas é ser aprovado no vestibular, portanto ler e gostar de tais livros se torna mais uma pressão imposta para eles.

Outra pergunta se referia à preferência pessoal deles entre livros escolares e livros sem fins escolares. A maioria expressiva (83%) justificou que não gosta de ler por obrigação e quando lê por diversão não tem responsabilidade, prazo, avaliação ou vestibular para se preocupar, por isso lê com mais vontade, interessa-se mais.

A pergunta seguinte, "Você acha que a escola deveria abrir espaço para livros não literários?", resultou no seguinte quadro: 73% responderam que sim; 16%, que não; 4%, que talvez; 7% não responderam.

Novamente percebe-se a clara simpatia dos alunos com os *best-sellers*. O aluno 1 afirma que esses livros não literários deveriam ser utilizados para incentivar e ensinar os estudantes a arte da leitura, pois quando se aprende a ler com livros que gostamos, quando temos que ler aqueles "clássicos-sem-fim" tiramos de letra. O aluno 49 tem opinião parecida: "sim, é importante que o aluno tenha o hábito de ler e gostar de leitura. Se o aluno desenvolve interesse por conta própria é ótimo. Mas se ele é estimulado a ler o que prefere, ele se apaixona. E isso não deixa de ser aprendizado também".

Alguns alunos (16%) foram contrários à ideia. O aluno 32 respondeu que "não há por que abrir espaço para esses livros se o vestibular cobra os literários e estamos no colégio para entrar em uma faculdade". Novamente, nota-se o peso do vestibular. O aluno 2 também concorda: "acho que primeiro os vestibulares deveriam ter um enfoque maior neles [livros não literários], pois assim poderia se conciliar leitura escolar, com diversão, magia e ainda por cima boa prova de vestibular" (o acréscimo entre colchetes é nosso).

Quanto às respostas dos professores, observa-se uma diferença de opinião. Quando perguntados sobre a importância de os alunos lerem literatura clássica, nota-se uma unidade de opinião, pois todos consideram importante. O professor de Inglês afirma que "Leitura é sempre salutar. A literatura clássica é de muita importância, pois possibilita uma análise de contos eruditos ou não que vão ajudar o leitor a fundamentar o hábito de outras leituras".

Um dos professores de Português e Literatura é de opinião mais tradicional "Levando-se em conta que 50% do vestibular é literatura, envolvendo interpretação e análises, a literatura é o melhor caminho para aprovação do vestibular". Não por acaso os alunos se preocupam com o vestibular, visto que seu professor também atribui grande peso e importância ao processo avaliativo.

Já o outro professor de Português e Literatura acha "muito importante, visto que terão a oportunidade de lançar julgamentos, adquirir senso crítico (ao lançar comentários a respeito) e também identificar valores humanos nos enredos estabelecendo uma ponte junto à realidade deles".

Observa-se que os *best-sellers* destinados ao público jovem não são muito populares entre os professores: de todos os citados, apenas dois professores leram *Crepúsculo*, um leu

Harry Potter e o outro leu *O diário da princesa* e as *Crônicas de Nárnia*. Quando os *best-sellers* são voltados ao público adulto, aumenta-se o número de professores-leitores: dois leram *A menina que roubava livros*, *Anjos e demônios* e *Código da Vinci* e um deles leu *Fortaleza digital*.

A pergunta seguinte se refere ao que acham da leitura de *best-sellers*. O professor de Inglês respondeu: "Acho que são importantes, porém não são prioritários. Os alunos devem sim ler esses e outros livros, mas deve haver uma sequência a ser seguida".

Um dos professores de Português e Literatura é mais valorativo: "Considero que o hábito da leitura é o que interessa. A sublitteratura também é viável. E o outro professor dessas mesmas disciplinas respondeu que "Não tenho uma opinião contrária a isso. Acredito que os jovens devam ler o que lhes interessa, contanto que sejam guiados para uma reflexão acerca da leitura. Ler literatura e não refletir sobre o que foi lido dará em nada".

Em seguida, questionou-se se eles concordam que a leitura de clássicos é mais importante do que a leitura de *best-sellers*. O professor de Inglês disse que sim, a leitura de clássicos é mais importante; e um dos professores de Literatura e Português respondeu: "Considero sim. É mais viável adquirir conhecimentos através da literatura clássica. Porém, claro, os não literários proporcionam mais divertimento, aventura e prazer, e não conhecimentos intelectuais".

O outro professor de Português e Literatura afirmou "Considerando que os clássicos contêm elementos diversos da chamada "literariedade", acredito que eles são um pouco fundamentais. Todavia, faz-se fundamental que façamos também uma leitura mais popular para que se possa comparar ambas e chegar a uma conclusão individual. Não podemos nos aprisionar lendo textos complexos e herméticos se isso não nos satisfaz. Defendo que devemos ler o que nos dá prazer".

Os professores e os alunos pensam em consonância, pois afirmam que a leitura de livros literários é mais importante do que a leitura de não literários, que seriam destinados apenas à diversão. No entanto, quando perguntados se a escola deveria abrir espaço para o estudo de livros não literários, todos os três professores responderam afirmativamente.

A última pergunta se referia à utilização de *best-sellers* na aula de inglês, uma vez que a maioria dos textos originais foi escrita na língua inglesa. Um dos professores de Português e Literatura respondeu afirmativamente, e o professor de Inglês respondeu: "Sim, e o faço. Podemos, assim, trabalhar de forma mais atraente uma das maiores dificuldades dos

alunos, que é o vocabulário. A resposta do outro professor de Português e Literatura foi a seguinte: "Acho muito interessante, porque temos a oportunidade de trazer a discussão de algo mais próximo a eles (alunos). Certamente é uma leitura que lhes agrada e, muitas vezes, é super atual. Pode-se sim aplicar elementos de estudo da literatura em textos não-literários. Por que não analisar o contexto, o tempo da ficção (se assim o for), a mudança ou não dos personagens durante o enredo da história? Acredito que neste exemplo, trabalhamos o que poderíamos ter feito num texto literário, mas proporcionando mais prazer a quem está aprendendo."

É válido notar que todos responderam afirmativamente quanto ao uso de *best-sellers* na aula de inglês, o que já representa uma boa aceitação de tais livros não só entre os alunos, mas também entre os professores.

No geral, as respostas dos alunos estão de acordo com o esperado, mas faz-se interessante notar que os alunos têm a consciência de que tanto os livros literários quanto os não literários são importantes, ambos têm suas peculiaridades. Em nenhum momento dessa pesquisa tinha-se como objetivo provar a superioridade de um sobre o outro, mas, sim, que os *best-sellers* estão por toda parte, extremamente presentes na vida dos alunos, e ainda assim são marginalizados na escola, apesar da opinião favorável dos professores a respeito deles.

Segundo Tufano,

uma pessoa desenvolverá o gosto pela leitura se, desde cedo, tiver experiências gratificantes com a leitura. Se isso ocorrer, ela não precisará ser obrigada a ler; ao contrário, procurará espontaneamente nos livros aquilo que lhe interessa, estará aberta a novas leituras. [...] Em vez de reclamar e dizer que os jovens são os culpados, deveríamos, isso sim, tentar compreender em que situação familiar foram eles criados, que exemplos de leitura tiveram em casa e na escola, que possibilidades de acesso a bons livros lhes foram dadas (2007).

Concluindo, vários são os motivos que levam os alunos a serem bons leitores ou não, mas, observando os dados da pesquisa, faz-se fundamental repensar a abordagem das atividades de leitura realizadas na escola, tanto de livros literários quanto de livros não literários, pois ficou claro que a característica obrigatória resulta em traumas, que podem ocasionar a queda do número de leitores quando esses alunos saírem da escola.

Por que a literatura trabalhada em sala de aula não seduz os alunos, que consideram as aulas desinteressantes e monótonas? De acordo com a pesquisa, e com base em Freitas (2003), a resposta pode estar na liberdade de escolha, na variedade que esse tipo de livros oferece, na possibilidade de se construir um sentido pessoal para a leitura, na oportunidade de

desenvolver o seu imaginário por meio das propostas ficcionais presentes em universos fantásticos ou mais próximas da realidade, mas mesmo assim interessantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal questão proposta no presente artigo diz respeito ao estudo exclusivo de obras clássicas e conseguinte marginalização dos livros voltados para o público jovem. Essas são questões e reflexões que se fazem importantes atualmente, pois esses são livros presentes na realidade de boa parte dos alunos. Levando esse fato em consideração, nota-se, a cada dia, o aumento do número de leitores jovens, que podem, em virtude dessa leitura, se tornar leitores de literatura clássica.

Abreu conclui a questão com a seguinte solução:

nas escolas, os livros preferidos pelos alunos podem (e devem) ser lidos e discutidos em classe, levando-se em conta os objetivos com que foram produzidos, os gêneros de escritos a que pertencem, seu funcionamento textual. Estes livros podem ser comparados com textos eruditos, não para mostrar como os últimos são superiores aos primeiros, mas para entender e analisar como diferentes grupos culturais lidam e lidaram com questões semelhantes ao longo do tempo. Neste sentido a literatura erudita será entendida como um conjunto de produções realizadas por um determinado grupo cultural e não como a Literatura, assim como a visão do crítico literário expressará uma leitura e não a leitura correta de um determinado texto ou a única autorizada. Não estou propondo que se abandone o estudo do texto literário canônico, e sim que se garanta espaço para a diversidade de textos e de leituras; que se garanta o espaço do outro. (2006, p. 111)

Baseando-se nos dados expressivos dessa pesquisa, faz-se necessária a garantia de um espaço para os *best-sellers* na escola, pois eles representam uma boa parte do gosto pessoal dos alunos. E, como sugere Abreu (2006), eles podem ser utilizados em sala de aula, proporcionando discussões sobre costumes, época, linguagem, hábitos, entre outros temas.

Toma-se como exemplo *Eclipse*, de Stephenie Meyer, o terceiro exemplar da saga *Crepúsculo*, que representa o livro mais mencionado pelos jovens na pesquisa. Nele são citados personagens e trechos de *O morro dos ventos uivantes*, de Emily Brontë. Além disso, no decorrer da trama, é traçado um paralelo entre o enredo de ambos os livros. A leitura das duas obras geraria uma discussão interessante a respeito dos gêneros literários distintos, da diferente visão do amor obsessivo por adultos e adolescentes, em épocas diferentes, em um mundo fantástico e um mundo real e suas diversas consequências. Esse é um dos possíveis exemplos do que poderia ser feito para chamar a atenção dos jovens, a partir de suas próprias e prazerosas leituras, para a literatura de clássicos.

Para se formar um leitor, além de serem necessárias experiências gratificantes com a leitura, há outro aspecto a se considerar: um leitor forma-se aos poucos, com o passar do tempo. Daí a importância de se começar o quanto antes o contato da criança com o mundo dos livros. A fase de leitura livre entre os jovens também não deve ser ignorada, e sim encorajada, pois faz parte deles, de seus gostos e vai influenciar boa parte de suas futuras escolhas literárias.

Segundo Tufano (2007), não se devem procurar culpados para o pequeno número de leitores jovens, mas soluções para que essa juventude tenha mais oportunidades de conhecer livros que tornem o ato de ler uma experiência gratificante e, não, simplesmente uma rotineira tarefa escolar.

O que este artigo propõe como possível solução são projetos de incentivo à leitura, relacionados aos hábitos de leitura dos próprios alunos, como concursos, oficinas literárias, atividades que proporcionem aos alunos um ambiente sem pressão de avaliação ou julgamento, em que possam realizar atividades de seus livros preferidos, aproximando aluno e escola, prazer e leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. *PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMT, 2002.

EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREITAS, M. T. A. Leitura, escrita e literatura em tempos de internet. In: PAIVA, A. *et al.* (Org.). *Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces - O jogo do livro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONÇALVES, P. *Leitura para jovens: um desafio*. Lisboa, dez 2006. Disponível em <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=5071>> Acesso em 11 jun. 2011.

HOHLFELDT, A. *Literatura Infanto-Juvenil ó teoria e prática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2006.

KOTHE, F. *Cânone colonial*. Brasília: Editora da UNB, 1997.

LAILOLO, M. *O que é Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTINS, I. A literatura no ensino médio: quais os desafios do professor? In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

MARTINS, M. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, S. *O fantástico*. São Paulo: Ática, 1988.

SAMUEL, R. *Novo manual de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, E. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas: Papyrus, 1995.

TUFANO, D. *Os jovens e os livros*. São Paulo, fev 2007. Disponível em <<http://douglastufano.multiply.com/reviews/item/1>> Acesso em 10 out. de 2011.

ROMAGNOLLI, L. *Para gostar de ler na escola*. Paraná, out 2005. Disponível em <http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=20868> Acesso em 9 out. 2011.

Recebido em 24 de janeiro de 2013.

Aprovado em 07 de julho de 2013.